

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: CATALOGANDO A PRODUÇÃO ACADÊMICA NOS PERIÓDICOS

Evelyn Moreira Dias Gonzalez¹
Simone Vieira Batista²

RESUMO

O artigo ora apresentado, representa um recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande, PB. Tem por objetivo catalogar e analisar na produção acadêmica brasileira o tratamento dado à temática “Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores”, a fim de localizar e compreender que aspectos, espaços geográficos e recortes históricos têm recebido destaque nessa área do conhecimento. Esta revisão sistemática, está restrita à produção acadêmica em educação nos periódicos nacionais com *qualis* A1, A2, A3 e A4, no período de 2017-2022. Em conformidade com a lista gerada pela CAPES, quadriênio 2017-2020, realizamos uma busca nos *sites* das referidas revistas e em base de dados indexadas, como a SciELO, mediante a utilização dos seguintes descritores: ‘Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores’, ‘Programa Residência Docente e Formação de Professores’, ‘Docência e Residência Pedagógica’, Residência Pedagógica e Estágio Supervisionado’. Os artigos encontrados nesta etapa do mapeamento foram organizados em quadros gerais discriminando os seguintes aspectos: título do periódico, autor(es), filiação institucional, palavras-chave, período e localização do objeto estudado, ano da publicação, título do artigo. Foram catalogados 65 artigos veiculados em periódicos com *qualis* A, revelando um significativo número de estudos/pesquisas principalmente sobre o Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores, ao mesmo tempo, sinalizando para uma lacuna no que se refere aos estudos de matriz geográfica e histórica. Almejando uma análise mais qualitativa, os artigos foram organizados em tabelas considerando os seguintes aspectos: a) Recorte temporal e geográfico do objeto de estudo; b) Ano da publicação c) Filiação institucional; d) Autorias; e) Enfoque temático; f) Aportes Teóricos. Catalogar os periódicos acadêmicos nacionais com *qualis* A nos permitiu identificar algumas tendências e, também, algumas lacunas, ao nosso ver, a carência de trabalhos que tratam particularmente da relação entre a proposta de formação docente da Paraíba e o Programa Residência Pedagógica.

Palavras-chave: Estado da Arte, Formação de Professores, Programa Residência Pedagógica.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGED/UFCG), evelyn.moreira@estudante.ufcg.edu.br;

² Doutora em Educação (USP), professora da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do Programa de Pós-Graduação (PPGED/UFCG), simone.vieira@professor.ufcg.edu.br;

INTRODUÇÃO

A formação de professores vem sendo objeto de debates e de profundas reformulações no Brasil e no mundo, segundo Gatti, Bertotti “[...] a grande maioria dos países ainda não logrou atingir os padrões mínimos necessários para colocar a profissão docente à altura de sua responsabilidade pública, para com os milhões de estudantes” (2010, p. 8).

Neste contexto neoliberal a formação de professores no Brasil adquiriu características que contribuíram para o aligeiramento da formação docente e engessamento da prática docente, de acordo com a Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995 ficou estabelecido que “a carga horária dos cursos de licenciatura passou a ser de no mínimo 3.200 horas-aula, computadas as partes teórica e prática” (Brasil, 1999, p. 3), com duração mínima de quatro anos. Diante disso, a padronização do ensino e o incentivo à formação docente em pouco tempo, resultou atualmente, em cursos de licenciatura com carga horária de 2.800 horas e três anos de duração conforme a Resolução CNE/CP 1/2002 (Brasil, 2002, p.8).

O aligeiramento no tempo de Formação dos Professores, a extensão e permissão que os Institutos Superiores de Educação (IES)³ pudessem, também, realizar a formação docente inicial não garantiu a solução dos problemas e melhorias na e para formação docente no Brasil, uma vez que os cursos de formação de professores foram direcionados ao desenvolvimento da competência do ensino e da aprendizagem se tornando elementos aligeirados, fragmentados e desvinculados do contexto (Veiga, 2009).

Diante deste cenário, destacamos o Programa Residência Pedagógica, instituído em 2018, como elemento contribuinte para o aperfeiçoamento da formação docente inicial de professores da educação básica⁴ nos cursos de licenciatura, com formato e proposta que atende perfeitamente as demandas mercadológicas por profissionais formados em menor tempo e com custos reduzidos, por isso, uma das características do programa é a redução do processo de certificação e a indução da formação referenciada pelo currículo da educação básica centrado em formar habilidades e competências. Pensar na formação docente a partir

³ IES locais onde a pesquisa e a produção de conhecimento poderão passar ao largo, consequentemente visando promover cursos de segunda categoria, pois conseguem flexibilizar o currículo para uma formação mais aligeirada, de 3 anos. Outras Instituições de Ensino Superior possuem tempo de formação de 4 anos ou 4 anos e meio dependendo do curso, produção de conhecimento e realizações de pesquisas. Exemplo: Faculdades e Institutos Federais.

⁴ Educação Básica composta por três etapas: ed. Infantil, ensino fundamental, ensino médio, conforme a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

da proposta de competências e habilidades contribui para o alijamento dessa formação, de modo a desconsiderar as inusitadas complexidades que coexistem nesse processo.

Desta forma, este artigo traz à tona o que se tem publicado sobre o Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores contribuindo para apresentar indícios de invisibilidade ou não, de enfoques temáticos, ano de publicação, filiações, recortes geográficos e temporais abordados, e para ratificar a importância deste estudo pela oportunidade ímpar ao agregar algo não muito explorado ou até inédito no rol das pesquisas sobre Formação de Professores no Brasil.

A pesquisa maior geradora deste texto, advém de um estudo denominado “Estado da Arte” sobre o Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores no Brasil, no período de 2017-2022. Esta escolha teórico-metodológica nos permitiu identificar os aportes significativos na e para constituição da área do conhecimento acima mencionada, mediante organização e catalogação dos estudos e pesquisas desenvolvidas.

Nesta perspectiva, neste artigo, apresentamos a catalogação inicial da produção acadêmica brasileira em periódicos nacionais sobre o Programa Residência Pedagógica e a Formação de Professores, buscando sistematizar a produção acadêmica brasileira em periódicos com *qualis* A1, A2, A3, A4 identificando filiação institucional, recortes temporais e geográficos e enfoques temáticos.

METODOLOGIA

O ponto de partida desta pesquisa foi o levantamento dos periódicos acadêmicos de educação nacionais distinguidos com notas – *Qualis* A1, A2, A3, A4 emitida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tratassem da temática em questão com a finalidade de elaborar uma lista contendo todos os periódicos nacionais com o *qualis* acima mencionado. A lista dos periódicos científicos foi elaborada a partir dos dados disponibilizados na Plataforma Sucupira referentes ao quadriênio (2017-2020) e artigos destes periódicos publicados até dezembro de 2022.

Na execução desta etapa da pesquisa utilizamos os descritores/palavras-chave: Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores’, ‘Programa Residência Docente e Formação de Professores’, ‘Docência e Residência Pedagógica’, ‘Residência Pedagógica e Estágio Supervisionado’, nos sites de periódicos nacionais com *qualis* (A1, A2, A3, A4) listados anteriormente, a fim de localizar os artigos que discutem sobre a temática em estudo. Fizeram parte deste estudo os artigos publicados em periódicos nacionais, publicados no

período de 2017 até 2022⁵, este recorte temporal deve-se ao marco temporal de cinco anos de implementação do PRP como parte da Política de Formação Docente no Brasil.

Este Estado da Arte nos possibilitou compreender o desenvolvimento desta área do conhecimento, mediante a catalogação da produção científica, buscando compilar e organizar as descobertas realizadas até então sobre o objeto de estudo.

Estado da Arte é um método de pesquisa que se realiza por meio de um levantamento bibliográfica sobre a produção de determinada temática em uma área de conhecimento específica. Portanto, ao realizar esta pesquisa, fizemos um inventário, catalogamos e analisamos o que tem sido produzido considerando a área de conhecimento em questão, os períodos cronológicos, espaços, formas e condições de produção (Ferreira, 2002; Romanowski e Ens, 2006).

Realizamos as leituras dos títulos, palavras-chave e resumos dos trabalhos para a elaboração dos quadros gerais. Contudo, alguns trabalhos não deixaram evidente se o objeto de estudo era o PRP pelo título sendo, portanto, necessária a leitura dos resumos.

Para uma melhor análise dos dados obtidos, construímos quadros gerais, somente, com os periódicos nacionais *qualis* A e posteriormente, desmembramos em categorias de análise: a) Autorias; b) Filiação Institucional, c) Ano de Publicação d) Recorte Temporal e Geográfico do objeto de estudo; e) Enfoque temático.

Dessa forma, a metodologia da pesquisa buscou desenhar a área de conhecimento sobre o PRP e a Formação de Professores, especialmente, diante da conjuntura neoliberal para a educação enfatizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que afetaram de diversas maneiras tanto a formação inicial quanto a continuada de professores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre as mudanças impostas à formação docente no Brasil, a partir de 2000, destaca-se uma proposta denominada de “Residência Educacional” de acordo com o texto do Projeto de Lei do Senado n.º 227/2007, propunha-se instituir a residência educacional como obrigatoriedade aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, considerando-a como “etapa ulterior de formação, com o mínimo de oitocentas horas de duração, e bolsa de estudo, na forma da lei” (Brasil, 2007).

⁵ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou a avaliação quadrienal 2017- 2020 do Qualis Periódicos, que afere a qualidade de artigos científicos no Brasil, a partir da análise dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

A redação propõe aos professores habilitados para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental que será oferecida a Residência Educacional, etapa posterior de formação inicial, com o mínimo de oitocentas horas de duração, e ainda, pagando um bolsa de estudo, logo, a proposta se configura como uma formação continuada.

Helena Freitas, presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) na época, manifestava preocupação de que a proposta de residência educacional fosse utilizada como uma forma de aviltamento da remuneração do professor. Apontando para a dupla responsabilidade do poder público: acompanhamento e avaliação da formação oferecida; e garantia de condições objetivas para o exercício profissional com a dignidade que a profissão e o compromisso social e político que os professores exigem.

Na esteira destas alterações na política de formação de professores, em 29 de janeiro 2009, foi promulgado o decreto nº. 6.755 que institui a política nacional para formação de profissionais do magistério da educação básica com a finalidade de organizar a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. Além do mais, a Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) irá fomentar os programas de formação inicial e continuada para docentes, sob a justificativa de trazer contribuições de experiências vivenciadas no passado que, de alguma forma, apontaram alguns caminhos para responder a problemas assinalados em análises anteriores à LDB.

Conseqüentemente o Programa Residência Pedagógica (PRP) desenvolve também a formação continuada de professores, gerando um nivelamento por baixo da prática docente para os professores que já estão no mercado de trabalho. Dessa forma, antes da implementação do Programa Residência Pedagógica ocorreram várias iniciativas através de propostas voltadas para a formação inicial e continuada de professores, especialmente, na região sudeste (Brasil, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da primeira etapa elaboramos uma lista com os periódicos, em seguida realizamos uma busca nos sites de cada revista listada, utilizando os seguintes descritores: ‘programa residência pedagógica e formação de professores’, ‘programa residência docentes e formação de professores’. ‘docência e residência pedagógica’, ‘residência pedagógica e estágio supervisionado’

Localizamos nas 28 revistas com *qualis* A um total de 65 artigos sobre a temática dentro do recorte temporal (2017 – 2022). Assim catalogados, nove artigos em sete revistas

com *qualis* A1, 15 artigos em nove revistas com *qualis* A2, oito artigos em cinco revistas com *qualis* A3, por fim, 35 artigos em oito periódicos com *qualis* A4.

Catalogamos nove artigos localizados em sete periódicos com *qualis* A1, nas seguintes revistas: (2) Revista Ibero Americana de Estudos em Educação (1) Revista Brasileira de Educação, (1) Revista Holos, (1) Revista FSA Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA), (1) Revista Educação, (1) Revista Educação e Pesquisa, (2) Educação em Revista.

Com *qualis* A2, localizamos nove periódicos, nestes foram encontrados quinze artigos publicados nas revistas: (2) Revista Práxis Educacional, (2) Revista Educação Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), (1) Educação em Questão, (2) Revista Eletrônica de Educação, (1) e-Curriculum, (1) Revista de Educação Pública, (2) Linhas Críticas e (1) Revista Horizontes, (3) Revista Cocar. Com *qualis* A3, catalogamos quatro periódicos, nestes foram encontrados seis artigos sendo eles: (1) Reflexão e Ação, (2) Revista Inter-Ação, (2) Revista Educação e Formação, (1) Revista Espaço do Currículo.

Por fim, listamos oito periódicos *qualis* A4, nestes encontramos 35 trabalhos: (2) Revista Brasileira Educação do Campo, (1) Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, (2) Revista Ensino Interdisciplinar RECEI, (3) Revista Profissão Docente e (2) Revista Temas em Educação, (20) Formação Docente– Rev. Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, (3) Revista Paradigma, (2) Momento Diálogo em Educação.

Na etapa seguinte, identificamos 38 instituições as quais estão filiados os artigos, sendo: Universidades Federais, Estaduais, Institutos Federais e Universidades Particulares. Ressaltamos que as publicações possuem, majoritariamente, filiação institucional de Universidades Federais Brasileiras presentes em um total de 25 artigos e apenas uma publicação filiada à Universidade Particular, o Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG). Destacamos, também, que as duas instituições que mais possuem publicações é a Universidade Federal do Pará (UFPA) um total 10,77% dos artigos, seguida da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) com 9,23% dos artigos, e por fim, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) com 7,69% dos artigos com *qualis* A.

Observamos uma produção significativa de artigos filiados a instituições da região Sudeste, um total de 16,92% das publicações com *qualis* A1. Sendo uma pesquisa da USP em parceria com a Universidade Estadual Paulista (UNESP), uma publicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) em conjunto com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um trabalho na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e uma da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

No ano de 2020 tivemos um aumento significativo de publicações perfazendo um montante de 35,38%, destas, quatro artigos com *qualis* A1, quatro *qualis* A2, um com *qualis* A3 e 14 com *qualis* A4. No ano de 2021 tivemos uma incidência de 21,54% de artigos publicados, a saber: cinco *qualis* A2, um *qualis* A3 e oito *qualis* A4. Por fim, no ano de 2022 obtivemos um montante de 30,77% em publicações sobre a temática aqui estudada, sendo três *qualis* A1, três *qualis* A2, cinco *qualis* A3 e nove *qualis* A4. Constatamos de um quantitativo significativo de publicações sobre o PRP e a Formação de Professores, nos anos de 2017 e 2018, acreditamos deve-se ao fato de que a implantação do programa ocorreu em 2018, apesar disto, localizamos três trabalhos sobre a temática. Acerca dos dados, acima demonstrados, observamos que em 2020 tivemos um aumento de 35,38% nas publicações, provavelmente devido ao marco de dois anos de implementação do PRP.

Acerca dos recortes geográficos das pesquisas, uma significativa parcela das publicações elegeram como recorte geográfico para estudo a região Nordeste, perfazendo um total de 24,62% das publicações. Destaque, também, para 16,92% das publicações cujo recorte geográfico foi a região Sudeste, acreditamos que este quantitativo se deve ao fato de que a criação, em 2012, de diversos programas com propostas semelhantes ao atual PRP, nesta região, tais como: Residência Educacional, Programa Residência Docente e outros programas que foram desenvolvidos em Instituições Federais, a exemplo do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Com isso, nos permitindo compreender que tais recortes se devem ao desenvolvimento destes programas nesta região.

Os dados denotam que as regiões eleitas como recortes geográficos nas pesquisas publicadas em revistas são da região Nordeste, 24,62% das publicações e da região Sudeste, 16,92% das publicações com o *qualis* A. Contudo, uma significativa parcela de artigos, não definiram nos resumos o recorte geográfico das pesquisas, logo, inferimos pela leitura que as pesquisas foram realizadas no Brasil, logo, o recorte seria o Brasil em sentido amplo, nesta perspectiva, localizamos 35,38% dos artigos. Boa parte deste quantitativo, discutem sobre a formação de professores, o estágio supervisionado e o programa residência pedagógica. Podemos observar que as pesquisas, cujo recorte geográfico foi o Estado de São Paulo focam, prioritariamente, nas discussões sobre o PRP e suas relações com o estágio supervisionado.

Ainda analisando o recorte geográfico dos artigos, 24,62% das publicações da região Nordeste, foram publicadas durante os anos de 2018 e 2022, deste percentual somente 1,54% com *qualis* A1. A segunda região com mais publicações foi o Sudeste, 16,92% dos trabalhos foram publicados nos anos de 2019 a 2022, e elegeram como recorte geográfico o Estado de São Paulo. A terceira região, eleita nas publicações possuíam como recorte geográfico a

região Norte, com 12,31% dos artigos, publicados nos anos de 2020 a 2022. A quarta foi a região Sul, com 7,69% dos trabalhos publicados entre os anos de 2020 e 2022 e por fim, a região Centro-Oeste com 4,62% das pesquisas realizadas em 2021 e 2022.

Dessa forma, observamos que a região Nordeste desponta com um quantitativo significativo de publicações com *qualis* A, particularmente, com 21,54% dos artigos *qualis* A4, estes trabalhos foram publicados entre os anos de 2020 a 2022.

Os dados nos permitir refletir sobre o fomento e desenvolvimento das pesquisas em educação no Brasil, e a preponderância de publicações com *qualis* A1 e A2 na região Sudeste, acreditamos que tal fato, deve-se, também, ao surgimento dos primeiros programas/cursos de Pós-Graduação terem sido na região Sudeste.

A implementação e regulamentação da Pós-Graduação no Brasil iniciou-se em 1965, através do artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Posteriormente, o Conselho Federal de Educação emitiu o parecer n. 977/1965, cujo objetivo primordial seria, corrigir as deficiências estruturais existentes principalmente na formação docente e na qualificação de quadros voltados à produção científica para que contribuíssem com o desenvolvimento nacional.

A partir dos anos 1970, o financiamento das pesquisas em ciência e tecnologia foram expandidas devido a criação de “novas fontes de financiamento e pela flexibilidade institucional causada pelo surgimento de agências de planejamento econômico no campo de ciência e tecnologia” (Schwartzman, 2001, p. 8).

De acordo com esse autor, o montante de recursos destinados à ciência e tecnologia era tal que sobrava dinheiro. Desta forma, essas premissas resultaram na criação e destinação dos recursos para a Pós-Graduação centralizadas em instituições de ensino superior das regiões Sudeste, Sul e o Distrito Federal, especialmente para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como para aquelas instituições de ensino superior que estivessem à altura das expectativas, tais como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade de Brasília (UnB).

Desta maneira, uma significativa parcela da população brasileira foi excluída, desde o início, da possibilidade de acesso à Pós-Graduação, pensada a partir de um caráter elitista, e desenvolvida nos grandes centros do Sudeste e Sul do país. O espaço acadêmico de produção e divulgação do conhecimento foi desenhado do centro da periferia, no qual os estados do Sul e Sudeste produzem e os estados do Norte e Nordeste consomem o que por eles é produzido

(Santos, 2003). Este fato acaba por excluir grandes contingentes populacionais presentes no país, os quais poderiam apresentar outras epistemologias e regimes de conhecimento, complexificando e enriquecendo a ciência nacional (Nazareno; Herbetta, 2019).

Esta mesma lógica foi reproduzida internamente em relação as revistas com *qualis* A1 e conseqüentemente, aos artigos nelas publicados. Tal situação começa a se transformar a partir das políticas de ação afirmativas, especialmente, implementadas na década de 2000, na Graduação, e, posteriormente, nos Programas de Pós-Graduação de algumas instituições.

Na esteira desta análise, os artigos localizados foram agrupados em quatro enfoques temáticos, conforme os títulos dos trabalhos e palavras chave. Logo, obtivemos um montante de 53,85% dos artigos alocados no primeiro enfoque temático '**Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores**', sendo 9,23% dos artigos com *qualis* A1, 12,31% das publicações com *qualis* A2, 7,69% dos trabalhos com *qualis* A3 e 24,62 das pesquisas com *qualis* A4.

Em relação ao segundo enfoque temático '**Programa Residência Pedagógica e Práticas Pedagógicas**' foram quase 20% dos trabalhos que abordam a temática, constituído de 3,08% com *qualis* A3 e 16,92% dos artigos com *qualis* A4.

Sobre o terceiro enfoque temático '**Programa Residência Pedagógica e Estágio Supervisionado**' localizamos 15,38% dos artigos, a saber: 3,08% dos trabalhos *qualis* A1, 6,15% dos artigos *qualis* A2, somente 1,54% *qualis* A3 e 4,62% dos artigos *qualis* A4. Por fim, o quarto enfoque temático '**Programa Residência Pedagógica e outros**' foram catalogados 10,77% dos artigos, temos 1,54% do artigo *qualis* A1, também 1,54% do artigo *qualis* A2, nenhuma publicação *qualis* A3 e 7,69% dos artigos *qualis* A4.

Em relação ao terceiro enfoque temático '**Programa Residência Pedagógica e Estágio Supervisionado**' notamos que ainda existem muitas lacunas nesse debate, pois em todas as publicações com *qualis* A1, A2, A3, localizamos apenas 15,38% dos artigos que problematizam a relação do PRP e o Estágio Supervisionado, principalmente com as reformulações que os estágios sofreram nas IES a partir da implantação do Programa Residência Pedagógica (PRP).

O quarto enfoque temático '**Programa Residência Pedagógica e Outros**' agrupamos um total de 10,77% dos artigos que estudam o PRP, mas não se encaixava nos enfoques temáticos acima mencionados, neste sentido, catalogamos 6,15% dos artigos que abordam o PRP e territórios indígenas, 4,62% dos trabalhos sobre o PRP e educação do campo. Os dados apontaram para uma incipiente discussão do PRP e essas temáticas.

Observamos que estes dados desvelam lacunas existentes na produção científica sobre PRP e a Educação Indígena e a Educação do Campo. Acreditamos, que esse esvaziamento, deva-se, em parte, a existência do Programa de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade, de acordo com o edital nº 066/2013 da Capes de 06 de setembro de 2013, tinha vigência de 48 meses, contando da data de assinatura com os repasses de recurso, podendo ser prorrogado por um período igual, dessa forma as atividades do programa foram iniciadas em 2014 ficando ativo até 2018 (Brasil, 2013).

Ressaltamos, que este caráter prático do programa visa apenas uma formação da prática pela prática. Afinal, muitas das pesquisas abordadas apenas relatam as experiências formativas do PRP, sendo também caracterizados como cursos práticos, a saber: Ciências Biológicas, Física, Química, Educação Física e Matemática. Com isso, tivemos um quantitativo de 18,46% dos artigos com *qualis* A que refletem sobre a prática desprovida de fundamentação teórica e isso pode ter influenciado a escrita destes artigos que em sua maioria refletem sobre esse empobrecimento da prática docente do PRP na Formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar a análise dos dados concluímos que os dados ora apresentados sinalizam algumas tendências na produção da área durante o período sob análise, particularmente em relação ao tipo de veículo utilizado para a divulgação das pesquisas, ou seja, os periódicos. Uma observação notável após a análise do material é que muitos dos textos que resultam de pesquisas que não oferecem uma apresentação clara sobre o recorte geográfico e temporal dos objetos de estudo dos trabalhos. Embora se deva levar em consideração que um artigo em um periódico difere de uma dissertação ou tese, a inclusão dessas informações de forma clara e objetiva auxilia os leitores a obterem uma compreensão mais precisa da problemática abordada, do contexto espacial e temporal no qual a pesquisa foi realizada, bem como dos sujeitos envolvidos, entre outros elementos.

No que diz respeito ao conteúdo dos artigos analisados, podemos fazer algumas inferências que nos permitem apontar, de forma concisa, certos aspectos de interesse:

- O aumento das publicações relacionadas à temática "Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores" a partir de 2020 a 2022;
- A liderança das regiões Nordeste e Sudeste na produção acadêmica brasileira;
- A predominância de 35 periódicos *qualis* A voltados para o primeiro enfoque temático "Programa Residência Pedagógica e Formação de Professores" ao longo do período analisado;

- A concentração de estudos no primeiro enfoque temático revela uma lacuna de pesquisas relacionadas à educação do campo, educação escolar indígena e o estágio supervisionado.

Urge fomentar políticas públicas na e para formação de professores, pois as instituições de ensino, mesmo antes da implantação do Programa Residência Pedagógica (PRP), seguiam orientações para organizar e estruturar as Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC) dos cursos e dos estágios supervisionados distanciados das propostas neoliberais. Isso se justifica pelo fato de que cada instituição carrega consigo uma identidade única, uma história peculiar e uma realidade social distinta. A análise dos dados coletados revela que o PRP, de certa forma, afasta-se da proposta dos estágios supervisionados enquanto momento formativo no qual a relação teoria e prática se daria, conforme escreveu Freire, o estágio seria o momento privilegiado no qual essa distância seria reduzida “[...] de tal forma que num dado momento, a tua fala seja a tua prática”. (1967, p. 75). No entanto, a rigidez e padronização do currículo enfraquecem o diálogo sobre o PRP como elemento de aprofundamento desta relação e melhoria da formação de professores.

Portanto, é de extrema importância averiguar os efeitos do PRP no âmbito da formação de professores, a fim de determinar se as instituições federais beneficiadas com o programa obtiveram melhorias na formação inicial. Reiteramos que a autonomia das instituições deve ser mantida, uma vez que a elaboração dos PPC dos cursos de licenciatura deve refletir a realidade específica vivenciada por cada curso e instituição. A padronização impregnada no PRP pode, por sua vez, obstruir a esfera de diálogo entre diversos grupos sociais, limitando a capacidade de resolução de problemas, organização de estruturas e desenvolvimento de políticas públicas adaptadas às múltiplas realidades existentes.

Neste contexto, enfatizamos a contribuição deste estudo como uma ferramenta valiosa para conhecimento sobre a área - Formação de Professores, ao identificar lacunas, predominâncias de recortes temporais, geográficos e enfoques temáticos. É igualmente relevante destacar a escassez de estudos "Estado da Arte" sobre o PRP e a Formação de Professores dentro do quantitativo dos periódicos classificados como *qualis A*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CP, n. 001 e 002, 04 mar. 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

BRASIL/CNE/CP. Resolução CP, n. 01, 30 jul. 1999. Dispõe sobre os Institutos superiores de Educação.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n.º227. Brasília: Senado Federal, 2007.

BRASIL, Lei n° 11.892/2008, de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 12 jun. de 2023.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. (1982). *II Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg*. Recuperado de <https://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pós-graduação>.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 8, out-dez. 2010.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967 p. 75.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em 12 jun 2023.

NAZARENO, Elias; HERBETTA, Alexandre. F. A pós-graduação brasileira: sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. **Periódicos Eletrônicos em psicologia**, Natal, vol.24 no.2 Natal abr./jun. 2019

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/as-pesquisasdenominadas-do-tipo-estado-da-arte-em-educac3a7c3a3o.pdf> Acesso em 12 jun. 2023

VEIGA, Ilma. Passos. Alacastro. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, I. P. A.; D’AVILA, C. (Org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

SCHWARTZMAN, S. (2001). **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília, DF: Ministério de Ciência e Tecnologia/Centro de Estudos Estratégicos.

SANTOS, C. M. (2003). Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, 24(83), 627-641. doi: 10.1590/S0101-73302003000200016